# O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA BDTD

Anna Camila ALVES; Vera Lucia Messias Fialho CAPELLINI; Amanda Pereira DIPPOLITO; Viviane GARCIA

Prefeitura Municipal de Bauru / UNESP

Eixo 05 Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

anna.camila@unesp.br

**Resumo**
O presente trabalho parte da compreensão de que a Educação Inclusiva compreende dimensões legais e pedagógicas, sendo a Educação Infantil um contexto relevante para o desenvolvimento de práticas inclusivas. Sob essa ótica, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) emerge como uma ferramenta estratégica para a diferenciação curricular, visando a eliminação de barreiras e a ampliação da qualidade educativa para todos os discentes. O objetivo deste estudo foi realizar um levantamento da produção científica brasileira acerca do DUA na Educação Infantil no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), compreendendo o recorte temporal dos últimos dez anos (2015-2025). A pesquisa, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, foi desenvolvida por meio de um protocolo de busca com descritores combinados, seguido pela triagem e análise de conteúdo dos trabalhos selecionados. Os resultados demonstram que, embora as pesquisas tenham avançado quantitativamente nos últimos anos, a produção acadêmica sobre o tema ainda é incipiente e demanda maior expansão. As implicações para a prática pedagógica revelam que a apropriação do DUA pelos docentes é essencial para consolidar práticas universalistas, garantindo que a acessibilidade e os recursos de aprendizagem sejam integrados ao planejamento desde a primeira infância, promovendo uma educação inclusiva de qualidade.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Educação Inclusiva. Desenho Universal para a Arendizagem.

## 1. Introdução

A educação brasileira, sob a égide da Constituição Federal de 1988, é reconhecida como um direito social inegociável e um dever partilhado entre o Estado e a família (Brasil, 1988). No entanto, existe uma lacuna entre a norma jurídica e a prática cotidiana, uma vez que as estruturas educacionais historicamente enfrentam obstáculos para acolher a pluralidade e as demandas específicas de todos os seus sujeitos.

Nesse contexto, a educação inclusiva consolidou-se como um eixo fundamental na escola, redefinindo a percepção da diversidade no ambiente escolar. Mais do que assegurar a matrícula, o paradigma inclusivo amparado pela Política Nacional de

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) exige uma reorganização dos sistemas de ensino. O objetivo é garantir não apenas a permanência, mas a participação efetiva e consequentemente sua aprendizagem, respeitando as trajetórias singulares de cada estudante.

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) constitui um suporte voltado à eliminação de barreiras educacionais, reestruturando o planejamento curricular para que este se torne verdadeiramente inclusivo. Segundo Vieira e Costa-Renders (2025), essa abordagem se estabelece como um modelo de currículo acessível que fundamenta práticas pedagógicas equitativas, priorizando a flexibilidade nas dinâmicas de ensino e aprendizagem.

Como referencial teórico-metodológico, o DUA assegura condições de acesso e participação efetiva no ambiente escolar. Ele instrumentaliza o trabalho docente, oferecendo diretrizes para a definição de metas pedagógicas, a seleção de recursos didáticos e a implementação de processos avaliativos que respeitem o ritmo e o desenvolvimento de cada estudante (Zerbato, 2018; Mendes; Zerbato, 2018).

Embora tenha suas raízes na arquitetura. focada inicialmente na acessibilidade física, o conceito foi transposto para a educação na década de 1990 por pesquisadores do *Center for Applied Special Technology* (CAST). Essa transição não apenas visou a remoção de obstáculos à aprendizagem, mas incorporou evidências das neurociências sobre o funcionamento cerebral. O modelo reconhece que o aprendizado é mediado por três redes neurais interdependentes:

- Rede afetiva: responsável pelo engajamento e motivação;
- Rede de reconhecimento: vinculada à identificação e compreensão de dados;
- Rede estratégica: focada no planejamento e execução de ações.

Sob essa ótica, o DUA compreende a variabilidade humana não como um problema, mas como o ponto de partida para a construção curricular. A proposta vai além da acessibilidade estrutural; busca-se garantir que os processos cognitivos sejam alcançáveis, valorizando as singularidades de cada sujeito. Assim, em vez de rotular estudantes por suas limitações, o DUA promove ambientes flexíveis onde o aluno possui autonomia para trilhar caminhos diversificados na construção do saber (Vieira; Costa-Renders, 2025).

A operacionalização dessa proposta sustenta-se em três princípios: múltiplas formas de representação, múltiplas formas de ação e expressão e o engajamento (Costa-Renders; Bracken; Aparício, 2020). Tais pilares oferecem ao professor o suporte necessário para planejar aulas que atendam às diferenças presentes no contexto escolar. Ao integrar essas diretrizes à organização escolar, a instituição não apenas

elimina barreiras, mas reconhece a diversidade dos modos de aprender, consolidando trajetórias educacionais mais justas e repletas de significado (Costa-Renders et. al, 2021).

No cenário da Educação Infantil, a perspectiva inclusiva torna-se fundamental por ser o estágio inicial do desenvolvimento. Os espaços coletivos destinados às crianças pequenas constituem ambientes privilegiados para o desenvolvimento de práticas inclusivas e da convivência com a diversidade. Neles, a interação entre diferentes perfis, físico, sensorial ou sociocultural, atuam na base da formação humana, cultivando valores como a empatia e a solidariedade, pilares de uma sociedade mais democrática.

A relevância dessa intervenção precoce é corroborada por evidências científicas. Conforme aponta Mendes (2010), os primeiros três anos de vida são marcados por uma intensa plasticidade neural. Nesta fase, o cérebro apresenta uma capacidade superior de estabelecer conexões, tornando as aprendizagens mais profundas. Assim, promover práticas inclusivas desde o berçário não é apenas uma escolha pedagógica, mas uma estratégia para reduzir desigualdades e potencializar o desenvolvimento global da criança.

Portanto, a inclusão na primeira infância deve ser um processo deliberado e planejado, partindo da relevância do DUA, elucidou-se a seguinte problemática: Quais são as principais tendências temáticas e as lacunas teórico-práticas evidenciadas na produção acadêmica nacional sobre o DUA na Educação Infantil, no período de 2015 a 2025, a partir do catálogo da BDTD?

Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico dos últimos 10 anos com o objetivo de mapear a produção acadêmica na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) sobre a temática.

## 2. Fundamentação Teórica

No contexto brasileiro, a educação é consolidada como um direito social essencial pela Constituição Federal de 1988, que estabelece um dever mútuo entre o núcleo familiar e o Estado (Brasil, 1988). Contudo, a aplicação prática desse preceito enfrenta obstáculos históricos, visto que as instituições de ensino, tradicionalmente, apresentam limitações em acolher a heterogeneidade inerente aos seus estudantes e em responder às suas demandas específicas.

Nesse cenário, a educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como o eixo central das diretrizes e metodologias pedagógicas, provocando uma transição de paradigma na compreensão da diversidade escolar. Mais do que assegurar a matrícula, a ótica inclusiva demanda uma reestruturação do sistema de ensino. O objetivo é

viabilizar a permanência, o engajamento e a evolução acadêmica de todos os alunos, valorizando suas singularidades (Brasil, 2008). Essa perspectiva é sustentada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orienta a criação de estratégias pedagógicas voltadas à pluralidade do corpo discente.

A consolidação desse modelo representa o rompimento com padrões segregadores que, historicamente, marginalizaram o acesso ao conhecimento de grupos específicos. Marcos normativos como a LDB nº 9.394/96 e a própria Carta Magna reafirmam a obrigatoriedade da escolarização no ensino regular, garantindo aos estudantes os recursos de acessibilidade e as adaptações curriculares indispensáveis ao seu progresso (Brasil, 1988; 1996).

No recorte da Educação Infantil, a inclusão assume uma dimensão ainda mais estratégica. Por ser a etapa inicial da educação básica, a Educação Infantil desempenha um papel importante na construção das primeiras experiências de convivência entre crianças com diferentes perfis e trajetórias. Em contextos inclusivos, essa interação cotidiana contribui para o reconhecimento e o respeito às diferenças, favorecendo o desenvolvimento de valores como empatia, cooperação e respeito mútuo, essenciais para a vida em sociedade.

Sob a ótica do desenvolvimento biopsicossocial, Mendes (2010) enfatiza que os primeiros anos, especialmente até os três anos de idade, são marcados por uma intensa plasticidade neural. Nesse período, os estímulos e as aprendizagens ocorrem com maior profundidade. Portanto, promover práticas inclusivas desde o berçário não apenas potencializa o desenvolvimento individual, mas atua como uma ferramenta de redução de desigualdades estruturais ao longo da trajetória escolar.

Assim, a inclusão na primeira etapa da educação básica deve ser um processo deliberado e planejado, focado em garantir que todas as crianças participem das brincadeiras e interações cotidianas propostas no currículo. Esse compromisso alinha-se aos princípios da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que defende que as escolas devem se adaptar às necessidades dos alunos, e não o contrário. De acordo com o documento:

> [...] todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem [...] (UNESCO, 1994, p. 05).

Em suma, a inclusão na Educação Infantil vai além da presença física da criança com deficiência na escola, ela exige uma transformação nas relações, no currículo e nas práticas docentes. Reconhecer a diversidade como um elemento constituinte do

fazer pedagógico é o caminho para assegurar que cada criança encontre na escola um espaço de desenvolvimento pleno, respeitoso e significativo.

A Educação Infantil busca promover o desenvolvimento das diferentes linguagens das crianças, reconhecendo que elas se expressam e aprendem de múltiplas maneiras. Segundo Nesta-Piccolo e Moreira (2012), é essencial que as crianças disponham de múltiplos canais para exteriorizar seus saberes, seja por meio da oralidade, da gestualidade ou de produções artístico-visuais, como a escultura e a pintura. Essa perspectiva converge diretamente com os pilares do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que preconiza a diversificação das formas de participação e engajamento no cenário educativo.

Originalmente concebido no campo da arquitetura acessível nos Estados Unidos durante a década de 1990, o conceito de Desenho Universal expandiu-se para o campo pedagógico. Essa transição foi motivada pela necessidade de eliminar barreiras de aprendizagem que impediam a inclusão plena de estudantes com deficiência (Zerbato, 2018).

Atualmente, o DUA é compreendido como um arcabouço teórico-prático que transforma a escola regular em um espaço inclusivo. Pois visa oferecer uma diferenciação curricular que valorize a diversidade e minimize as barreiras.

O DUA organiza-se em torno de três eixos que respondem às questões centrais do fazer pedagógico. De acordo com o CAST (2024) e Zerbato (2018), o planejamento curricular deve ser orientado pelos seguintes princípios:

| Princípio | Foco Pedagógico | Objetivo Principal |
|---|---|---|
| **Engajamento** | *O "porquê" da aprendizagem* | Estimular a motivação e o interesse contínuo do estudante. |
| **Representação** | *O "quê" da aprendizagem* | Apresentar o conteúdo de formas variadas. |
| **Ação e Expressão** | *O "como" da aprendizagem* | Permitir que o aluno demonstre o que aprendeu de diversas maneiras. |

Fonte: elaborado pelas autoras, 2026

Ao adotar essa tríade, Engajamento, Representação e Ação/Expressão, o currículo torna-se mais acessível, transformando as diferenças cognitivas, sensoriais e culturais em elementos que enriquecem o processo de ensino-aprendizagem, em vez de obstáculos à escolarização.

## 3. Procedimentos metodológicos

Com o objetivo de conferir profundidade e fundamentação ao estudo, adotou-se a Revisão Sistemática da Literatura (RSL) como procedimento metodológico. Este método consiste em um esforço estruturado para localizar, avaliar e sintetizar, de maneira criteriosa, as evidências teóricas mais significativas acerca de um tema específico (Bortolozzi; Maia; Ottoni, 2024).

A busca foi realizada em bases de dados acadêmicas, considerando publicações brasileiras dos últimos dez anos, a fim de garantir a atualidade e relevância das pesquisas analisadas e mapear a produção acadêmica na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) Para tanto, foram utilizados os seguintes descritores: "Desenho Universal para a Aprendizagem" e "Educação Infantil". Os resultados obtidos foram 39 trabalhos.

Os critérios de inclusão priorizaram teses e dissertações com foco específico na articulação entre o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e a Educação Infantil. Por outro lado, o processo de exclusão removeu trabalhos voltados a outros níveis ou modalidades de ensino, bem como produções que, após a análise detalhada de seus títulos e resumos, não apresentaram aderência direta ao tema central desta investigação.

Vale ressaltar, ainda, que um dos estudos inicialmente identificados foi descartado devido limitações técnicas que impossibilitaram o acesso e a leitura do seu conteúdo na íntegra.

## 4. Resultados e Discussão

Concluída a triagem da literatura, consolidou-se uma amostra de 15 trabalhos que atendem integralmente aos critérios de inclusão desta pesquisa. A catalogação dessas obras, apresentada nos Quadros 1 e 2, oferece um panorama inicial das publicações selecionadas por meio de seus títulos, datas e autores.

**Quadro 1.** Relação das dissertações selecionadas para esse estudo

| | Título | Autores | Ano de publicação |
|---|---|---|---|
| **Dissertação 1** | Educação geográfica inclusiva: a ação pedagógica do professor no processo educativo de alunos com necessidades educacionais específicas | Bandeira, José Junior Pinheiro | 2025 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Dissertação 2** | O transtorno do espectro do autismo na Educação Infantil: possibilidades de estratégias de ensino por meio de uma sequência didática | Belinello, Rogéria Cristina Espinosa | 2025 |
| **Dissertação 3** | Criação de um site bilíngue libras/português para divulgação da libras na Educação Infantil | Barcellos, Vania Berbat | 2025 |
| **Dissertação 4** | Caminhos para uma Educação Infantil anticapacitista | Dippolito, Amanda Pereira | 2025 |
| **Dissertação 5** | Sequência didática sobre o uso da água: um percurso colaborativo em prol da Educação Especial, à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 e 6 | Musetti, Karen Cristina Prineiro | 2025 |
| **Dissertação 6** | O Desenho universal para a aprendizagem na Educação Infantil: o que muda na educação de bebês? | Beraldo, Giovanna Baldini | 2025 |
| **Dissertação 7** | Práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil: vídeo-histórias na perspectiva do desenho universal para aprendizagem | Farias, Naiara Maria de | 2024 |
| **Dissertação 8** | Artefato para a identificação do daltonismo na Educação Infantil | Pereira, Thiovane Da Rosa | 2024 |
| **Dissertação 9** | O ensino de geociências na Educação Infantil : literacia científica e o material didático | Gonçalves, Lucia Helena Martins | 2024 |
| **Dissertação 10** | Elaboração de um guia norteador para a inclusão de alunos autistas na Educação Infantil | Sabino, Ironéa Das Dores Gomes | 2023 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Dissertação 11** | As contribuições do DUA nos processos de ensino e aprendizagem inclusivos: em perspectiva o planejamento de ensino semanal. | Foganholo, Isabela Berti | 2022 |
| **Dissertação 12** | A construção de jogos na perspectiva do desenho universal para aprendizagem : caminhos possíveis para experiênciasde aprendizagem na Educação Infantil | Rinaldi, Adriana | 2022 |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026)

**Quadro 2.** Relação das teses selecionadas para esse estudo

| | **Título** | **Autores** | **Ano de publicação** |
|---|---|---|---|
| **Tese 1** | Práticas educacionais inclusivas na Educação Infantil e desenho universal para aprendizagem: estudos com professores | Miranda, Ana Carolina Arruda | 2024 |
| **Tese 2** | Efeitos de um programa baseado nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem na participação de crianças em produções de histórias | Lopes, Valéria Rosa Farto | 2024 |
| **Tese 3** | O desenvolvimento de repertórios verbais na Educação Infantil: desafios e possibilidades de intervenção com o desenho universal para a aprendizagem | Bettio, Claudia Daiane Batista | 2023 |

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2026)

Os dados analisados demonstram que o DUA contribui para uma Educação Infantil mais inclusiva ao considerar a diversidade presente entre as crianças e propor estratégias que favoreçam a participação e a aprendizagem de todos.

Os estudos de Bandeira (2025) e Garcia (2025) apresentam resultados semelhantes ao indicar que o sucesso do DUA na Educação Básica está diretamente relacionado ao planejamento pedagógico e à atuação da gestão escolar. Enquanto Bandeira enfatiza a necessidade de ações coordenadas entre gestão e formação continuada, Garcia detalha a importância de o DUA estar presente desde o planejamento semanal dos professores.

Essa perspectiva é reforçada por Sabino (2023) e Miranda (2024), que demonstram como o planejamento antecipado e a formação profissional permitem que

o professor passe a organizar práticas que favoreçam a aprendizagem de todos os estudantes, reduzindo a necessidade de adaptações feitas apenas quando surgem dificuldades específicas.

Um achado significativo nesta revisão é a forte presença de produtos educacionais pautados nos três princípios do DUA: engajamento, representação e ação/expressão.

- Inclusão no TEA e Deficiências: Belinello (2025) e Bettio (2023) evidenciam que estratégias lúdicas (como sequências didáticas e intervenções de linguagem) minimizam barreiras pedagógicas e potencializam o desenvolvimento socio-cognitivo de crianças com TEA.
- Multimodalidade e Tecnologia: Os trabalhos de Barcellos (2025), Farias (2024) e Lopes (2024) destacam o uso de Tecnologias Assistivas, vídeos e Libras. Esses recursos garantem que o acesso ao conhecimento não dependa apenas da língua escrita ou oral, promovendo o protagonismo infantil através de múltiplas formas de expressão.
- Recursos Sensoriais e lúdicos: A importância do brincar acessível é corroborada por Cassano (2022) e Pereira (2024), que utilizam jogos e artefatos para acolher a diversidade sensorial, como no caso da identificação precoce de daltonismo.

Um avanço teórico relevante é observado na Dissertação 4 de Dippólito (2025), que articula o DUA ao combate ao capacitismo desde a creche. Ao introduzir temas como a diversidade humana para crianças de dois a três anos, o estudo desloca o foco das limitações individuais para a responsabilidade coletiva de criar contextos acolhedores.

Complementarmente, Beraldo (2025) oferece uma contribuição inovadora ao defender a aplicação do DUA no berçário (0 a 3 anos). O estudo evidencia que a acessibilidade e a estimulação sensorial devem ser garantidas desde o primeiro contato do bebê com a instituição escolar, consolidando o DUA como uma abordagem que orienta o planejamento de práticas pedagógicas mais acessíveis e inclusivas.

A versatilidade do DUA também é demonstrada na sua aplicação em áreas específicas do conhecimento. Musetti (2025) e Gonçalves (2024) mostram que o ensino de ciências e a educação ambiental tornam-se mais eficazes quando utilizam múltiplos meios de representação (como audiodescrição e materiais táteis). Essas estratégias favorecem o desenvolvimento da literacia científica de forma inclusiva, considerando os diferentes ritmos de aprendizagem e as formas de expressão das crianças pequenas.

Em suma, a literatura analisada permite afirmar que a implementação do DUA na Educação Infantil é um movimento de superação de modelos excludentes. Os resultados sugerem que, para que a inclusão se efetive, é necessário: Intencionalidade

no planejamento docente; Formação contínua e suporte da gestão e ambientes flexíveis que utilizem recursos multimodais e tecnologias assistivas.

Dessa forma, o DUA reafirma-se como um referencial ético e político capaz de transformar a escola em um espaço que não apenas recebe, mas acolhe e desenvolve a pluralidade de cada estudante desde o início de sua trajetória escolar.

Os dados apresentados reafirmam o papel central do DUA como articulador das investigações contemporâneas sobre a Educação Inclusiva na Educação Infantil. A análise comparativa entre teses e dissertações revela uma variedade de perspectivas e produtos educacionais que, embora diversos em seus públicos e metodologias, convergem em alguns aspectos: a importância de um planejamento intencional, o investimento na qualificação docente e a eliminação das barreiras pedagógicas, comunicacionais e atitudinais.

A análise do panorama acadêmico mostra as lacunas estruturais e científicas de maior relevância para o avanço da área. Sob a perspectiva teórica, observa-se a necessidade de ampliar a articulação entre os princípios do DUA e as especificidades do desenvolvimento infantil desde a primeira infância. No âmbito metodológico, nota-se uma carência de pesquisas de intervenção continuada que avaliem o impacto de longo prazo das práticas pautadas no DUA cotidianamente. Ademais, permanecem pouco exploradas temáticas centrais, como a acessibilidade curricular desde o berçário, a avaliação formativa inclusiva e a participação das famílias na construção de contextos acessíveis.

A análise dos dados ao longo dos anos mostra que as pesquisas sobre o DUA na Educação Infantil passaram a ganhar espaço mais recentemente. Embora o levantamento tenha considerado o período de 2015 a 2025, não foram encontrados trabalhos entre 2015 e 2021. Esse resultado pode estar relacionado ao fato de que as discussões sobre o DUA ainda estavam se inserindo no contexto acadêmico brasileiro, principalmente quando relacionadas à Educação Infantil. Mesmo com a presença do conceito em estudos internacionais, sua discussão no Brasil ocorreu de maneira progressiva. Os primeiros trabalhos sobre DUA encontrados no país estavam voltados a outros níveis de ensino, como o Ensino Fundamental, com pesquisas registradas a partir de 2011. Já os estudos relacionados à formação docente surgiram posteriormente, em 2016. Assim, a ausência de produções nos primeiros anos analisados pode estar relacionada ao momento inicial de desenvolvimento das pesquisas sobre o tema no contexto brasileiro.

A partir de 2022, observa-se o surgimento de novas produções, com crescimento nos anos de 2024 e 2025, período em que se concentram os maiores números de publicações encontradas. Esse aumento recente sugere uma ampliação do interesse

acadêmico pelo tema, possivelmente relacionada ao fortalecimento dos debates sobre educação inclusiva e à busca por práticas pedagógicas capazes de atender à diversidade presente nos espaços escolares.

## 4. Conclusões

A presente pesquisa buscou mapear a produção acadêmica nacional acerca do DUA na Educação Infantil, analisando as tendências e lacunas no catálogo da BDTD entre 2015 e 2025. A partir da revisão é possível concluir que o DUA é mais do que uma estratégia pedagógica, ele propõe uma mudança na forma de pensar o ensino, favorecendo práticas mais inclusivas desde o berçário. Os resultados demonstraram que o interesse acadêmico pelo DUA na primeira infância encontra-se em um estágio de expansão, com um ápice de publicações concentrado no biênio 2024-2025. Essa tendência evidencia uma ampliação da produção científica, que evoluiu de um número reduzido de estudos, entre 2022 e 2023, para publicações com maior diversidade temática e foco no desenvolvimento de propostas de intervenção. Dentre as principais tendências identificadas, destaca-se a compreensão do DUA como uma filosofia de cuidado, especialmente nas pesquisas voltadas para bebês de zero a três anos, em que a abordagem é ressignificada como uma prática de acolhimento à variabilidade humana que minimiza barreiras antes mesmo de sua consolidação. Além disso, a predominância de dissertações de mestrado profissional resultou em um rico acervo de produtos educacionais e tecnologias assistivas, como sequências didáticas, jogos, vídeos e livros acessíveis, provando que a teoria do DUA é operacionalizável no cotidiano escolar. Observou-se, ainda, um movimento em prol do combate ao capacitismo, utilizando o referencial para promover uma cultura inclusiva desde a mais tenra idade.

Apesar desses avanços, a pesquisa revelou lacunas que merecem atenção em investigações futuras, como estudos que investiguem os impactos a longo prazo do DUA na trajetória escolar. A análise também evidenciou desafios estruturais persistentes, a exemplo da carência de formação continuada e da necessidade de um engajamento da gestão escolar, garantindo que o planejamento inclusivo não seja uma ação isolada do docente.

Em conclusão, o estudo confirma que o Desenho Universal para a Aprendizagem na Educação Infantil é um caminho que não apenas inclui o diferente, mas que é desenhado, desde a sua base, para todos oferecendo o suporte necessário para que a diversidade seja um elemento enriquecedor. Este trabalho atinge seus objetivos ao demonstrar que investir no DUA durante a fase de maior plasticidade neural é uma estratégia poderosa de equidade social, esperando-se que este mapeamento sirva de

subsídio para que novos pesquisadores e educadores transformem o direito à educação em uma experiência plena, respeitosa e significativa para cada criança.

**5. Principais referências**

BORTOLOZZI, A. C.; MAIA, B. B.; OTTONI, A. C. V. *Revisão sistemática da literatura na abordagem qualitativa:* da elaboração à publicação. Bauru: Gradus, 2024.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 abr. 2026.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 3 fev. 2026.

CAST. *Universal Design for Learning Guidelines version 3.0*. Wakefield: CAST, 2024. Disponível em: https://udlguidelines.cast.org/. Acesso em: 20 fev. 2026.

COSTA-RENDERS, E. C.; BRACKEN, S.; APARÍCIO, A. S. M. O design universal para aprendizagem e a pedagogia das estações: as múltiplas temporalidades/espacialidades do aprender nas escolas. *Educação em Revista*, v. 36, p. 1-17, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698229690. Acesso em: 5 jan. 2026.

COSTA-RENDERS, E. C.; GONÇALVES, M. A. N.; SANTOS, M. H. dos. O design universal para aprendizagem: uma abordagem curricular na escola inclusiva. *e-Curriculum*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 705-728, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.23925/1809-3876.2021v19i2p705-728. Acesso em: 5 jan. 2026.

MENDES, E. G. *Inclusão marco zero*: começando pelas creches. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.

NISTA-PICCOLO, V.; MOREIRA, M. A. *Corpo em movimento na Educação Infantil*. São Paulo: Cortez, 2012.

VIEIRA, F. S. S.; COSTA-RENDERS, E. C. Avanços teóricos no Desenho Universal para Aprendizagem: rumo às práticas pedagógicas inclusivas. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 82, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.12957/teias.2025.91144. Acesso em: 5 jan. 2026.

ZERBATO, A. P. *Desenho Universal para Aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar*: potencialidades e limites de uma formação colaborativa. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.